



DIÁRIO OFICIAL

Município de Fátima do Sul-MS

Criado pela Lei Municipal nº 1.242, de 08 de Outubro de 2018

ANO VIII • EDIÇÃO nº 1206

05 DE FEVEREIRO DE 2025

PÁGINA 1 DE 60

PREFEITO MUNICIPAL
Wagner Roberto Ponsiano

VICE-PREFEITA
Silvana Antunes Vasconcelos

CHEFE DE GABINETE
Nilson Prado da Silva

SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Osvaldo Vieira dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Maria Rosangela da Cruz

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Armstrong Sousa Benedito

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Dirceu Deguti Vieira Filho

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
Claudio Cesar Ribas de Oliveira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA
Regiane Freire Brabo

SECRETÁRIO DISTRITAL
Laurindo Santana de Lima

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO
Ana Karoline Nassif Mendes

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Marivaldo Silva Souza

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIAS

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº. 059/2025 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

WAGNER ROBERTO PONSIANO, Prefeito Municipal de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, VII e IX, do Artigo 48, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE

Art.1º- **AVERBAR**, o Tempo de Contribuição requerido pela Servidora Pública Municipal do quadro efetivos Sra.: **RUTH BORGES DA SILVA**, ocupante do Cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Símbolo – ATO-512, Classe-C, Referência-11, matrícula nº. 126/01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Higiene Pública – **SESAU**, a ser computado para fins de aposentadoria e Disponibilidade, nos termos do artigo 68, Parágrafo Único da Lei Complementar nº.006 de 03.09.1990, totalizando: 1.926 (mil novecentos e vinte e seis) dias,

correspondente a: 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 11 (onze) dias, conforme **C.T.C** Protocolo nº. 13001050.1.00532/20-8, lavrada em 21.12.2020 pelo **I.N.S.S.**, conforme períodos abaixo descritos:

a) 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 06 (seis) dias, correspondente ao período de: 05.07.1978 à 10.09.1979, prestados ao Empregador: **FIACAO E TECELAGEM CAMPO BELO S A.**

b) 00 (zero) ano, 00 (zero) mês e 29 (vinte e nove) dias, correspondente ao período de: 20.11.1979 à 18.12.1979, prestados ao Empregador: **BRILHOCERAMICA S A INDUSTRIA E COMERCIAL.**

c) 00 (zero) ano, 06 (seis) meses e 29 (vinte e nove) dias, correspondente ao período de: 02.03.1987 à 30.09.1987, prestados ao Empregador: **IBIRAFILM FOTO VIDEO LTDA.**

d) 00 (zero) ano, 03 (três) meses e 10 (dez) dias, correspondente ao período de: 17.11.1989 à 26.02.1990, prestados ao Empregador: **FRIGORIFICO BORDON S A.**

e) 00 (zero) ano, 03 (três) meses e 04 (quatro) dias, correspondente ao período de: 09.03.1992 à 12.06.1992, prestados ao Empregador: **COOPERATIVA AGRICOLA DE COTIA COOPERATIVA CENTRAL EM LI.**

f) 01 (um) ano, 01 (um) mês e 00 (zero) dia, correspondente ao

período de: 05.10.1995 à 04.11.1996, prestados ao Empregador: BUNGE ALIMENTOS S/A.

g) 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias, correspondente ao período de: 24.02.1997 à 16.12.1998, prestados ao Empregador: MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL – MS, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco (29.01.2025).

WAGNER ROBERTO PONSIANO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 067/2025 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025

Concede retorno a origem à servidora que menciona e das outras providências.

WAGNER ROBERTO PONSIANO, Prefeito Municipal de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, VII e IX, do Artigo 48, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art.1º- **Conceder** retorno à origem a partir do dia 01.02.2025 à servidora pública municipal do quadro efetivos Sr^a.: **MARIA LUCIA SANTOS GONÇALVES**, que se encontrava de licença para trato de interesses particulares pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme Portaria nº. 057/2023, publicada no diário oficial no Município de Fátima do Sul – MS, na edição nº. 808 de 14.02.2023 na página nº. 05.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação e ou/afixação com efeito retroativo à 01.02.2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL – MS, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (04.02.2025).

WAGNER ROBERTO PONSIANO
Prefeito Municipal

CONTRATOS E CONVÊNIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 007/2025
DISPENSA Nº. 003/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

WAGNER ROBERTO PONSIANO, Prefeito Municipal de Fátima do Sul, MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. nº 75 da Lei (Federal) nº 14.133/21,

RESOLVE:

HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação para AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS LOCAIS PÚBLICOS: CEIM ABELHINHA, QUADRA MUNICIPAL DE ESPORTES (ROTARY) E ACQUA PARK PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE FATIMA DO SUL / MS. Em favor da empresa **FAT COLOR TINTAS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº **10.673.868/0001-06** com sede na **Av. 09 de Julho, 1721 – Centro, FATIMA DO SUL / MS. CEP: 79.700-000** sob o valor de R\$ 48.941,50 (quarenta e oito mil novecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)

Fátima do Sul, MS, em 04 de fevereiro de 2025.

WAGNER ROBERTO PONSIANO
Prefeito Municipal

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 008/2025 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025.

RONALDO BATISTA DE ALMEIDA, Presidente da Câmara Municipal de Fátima do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Fátima do Sul.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear o servidor Nelson Ferreira Pisano, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, DAS-103.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e, ou afixação no quadro de avisos desta Casa de Leis.

Fátima do Sul, MS, Gabinete da Presidência, em 05 de fevereiro de 2025.

RONALDO BATISTA DE ALMEIDA
Presidente

PORTARIA Nº 009/2025 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025.

RONALDO BATISTA DE ALMEIDA, Presidente da Câmara Municipal de Fátima do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Fátima do Sul.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear a servidora Silvia Irene Kill Souza, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Gabinete, DAS-104.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e, ou afixação no quadro de avisos desta Casa de Leis.

Fátima do Sul, MS, Gabinete da Presidência, em 05 de fevereiro de 2025.

RONALDO BATISTA DE ALMEIDA
Presidente

ATOS HOSPITAL DA SIAS

**HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.**
Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969
CGC/MF: 01.951.177/0001-36
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

PORTARIA Nº 001/2025 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre a criação da Comissão de Contratação da **Sociedade Integrada de Assistência Social** e a nomeação dos seus membros componentes.

O Presidente da Diretoria do **HOSPITAL DA SIAS**, entidade filantrópica, administrada pela **Sociedade Integrada de Assistência Social**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Criar Comissão de Contratação em caráter permanente com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, conforme disposto no art. 7º. da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. Para efeito do disposto no caput, os profissionais indicados para comporem a Comissão de Contratação deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Sejam, preferencialmente, colaboradores efetivos do hospital da Sias.

II - Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e,

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 2º. Deverá ser observado o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo profissional para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

Art. 2º. A licitação será conduzida por um Agente de Contratação designado pela autoridade competente na forma do § 1º do art. 1º desta portaria, que poderá tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O Agente de Contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º. da Lei nº. 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 03 (três) membros, que responderão



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969

CGC/MF: 01.951.177/0001-36

Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º. As regras relativas à atuação do Agente de Contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos seguirão as disposições desta Portaria e da legislação aplicável, podendo estes contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Portaria.

§ 4º. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os colaboradores responsáveis pela condução da licitação.

Art. 3º. É vedado ao colaborador designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

Art. 4º Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº. 14.133/2021 os seguintes colaboradores:

I – Agente de Contratação:

- a) Julliyá Ângelo Cordeiro da Silva

II – Equipe de Apoio:

- a) Rosa Conceição da Costa Vilas Boas
- b) José Fernando Meira da Rocha

III – Membros suplentes:

- a) Leticya Aparecida Lima Scapin



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969
CGC/MF: 01.951.177/0001-36
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

b) Fabiana Sobradieil Feliciano

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º. Em decorrência da escassez de colaboradores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Fátima do Sul-MS, 04 de fevereiro de 2025.

ADAIR LUIZ
ANTONIE:02953900187
3900187
Adair Luiz Antoniete
Presidente

Assinado de forma digital
por ADAIR LUIZ
ANTONIE:02953900187
Dados: 2025.02.05 11:15:10
+03'00'



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969

CGC/MF: 01.951.177/0001-36

Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

**HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.**
Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

Processo administrativo:	nº002/2025
Entidade:	Sociedade Integrada de Assistência Social de Fátima do Sul
Destino:	Hospital da SIAS
Data início fase externa:	31.01.2025 às 08:00 hs = publicação na plataforma Apoio
Data início da sessão:	18/02/2025 às 09:00 hs = submissão das propostas
Término da sessão:	18/02/2025 às 18:00 hs = encerramento fase propostas
Objeto:	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento, instalação e treinamento de APARELHO DE RAIOS-X FIXO DIGITAL.
Modalidade de licitação:	TÉCNICA E PREÇO com JULGAMENTO MULTIPARAMÉTRICO e INVERSÃO DE FASES
Modo de disputa	FECHADO = uma única proposta sem lances.
Critério de julgamento:	Multicritérios por TCO em algoritmo dedicado à EMHs.
Link da sessão pública:	www.apoiocotacoes.com.br
Regime de execução:	Exceto ME e EPP
Amparo legal:	Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações
Equipe de Apoio:	Rede Brasileira de Engenharia Clínica e Hospitalar – EngeHosp. CREA-RS: 174.849
Proposta e Habilitação Mínima deverão ser registradas no sistema da Apoio Cotações até o horário final do recebimento das propostas (término da sessão), conforme indicações abaixo. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da instituição, no endereço www.hospitaldasias.com.br ou pode ser solicitado junto a Comissão de Contratação, Fone: (67)9 8409-7550 ou e-mail: compras@hospitaldasias.com.br	



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

1. PREÂMBULO

A Sociedade Integrada de Assistência Social de Fátima do Sul, CNPJ 01.951.177/0001-36, mantenedora do Hospital da SIAS, com sede administrativa na Rua Padre José Pascoal Busatto, nº 1170 - Centro, Fátima do Sul - MS, 79700-000, por seu representante legal abaixo assinado e por intermédio do AGENTE DE CONTRATAÇÃO nomeado pela Portaria nº 01/2025, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, TORNA PÚBLICO que fará realizar a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo TÉCNICA E PREÇO (com inversão de fases), disputa FECHADA especificada no OBJETO, mediante as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos.

1.1 Entendimento do Regime Jurídico

- 1.1.1. Embora a entidade seja juridicamente classificada como uma associação privada, a recepção de verbas públicas para a gestão de serviços de saúde impõe a observância rigorosa dos princípios da administração pública. Assim, a entidade compromete-se a seguir os princípios de legalidade, assegurando que todas as suas ações estejam em conformidade com a legislação vigente; impessoalidade, garantindo que suas decisões e ações sejam orientadas pelo interesse público, sem favorecimentos ou discriminações; moralidade, adotando padrões éticos elevados que reflitam integridade e transparência; publicidade, promovendo a divulgação clara e acessível de suas atividades e decisões para assegurar a transparência e o controle social; e eficiência, buscando a melhor utilização dos recursos disponíveis para proporcionar serviços de qualidade à população.
- 1.1.2. Consequentemente, as suas aquisições de equipamentos médico-hospitalares realizadas com recursos públicos seguirão estritamente a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e os novos instrumentos oriundos dela. Essa postura não apenas reforça o compromisso da entidade com a boa governança e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, mas também alinha suas operações às melhores práticas de gestão pública, promovendo a confiança e a credibilidade junto aos seus parceiros, beneficiários e à sociedade em geral.

1.2. Modo de Disputa Fechado - Características

- 1.2.1. **Sigilo:** Em contraste com o modo aberto, as propostas no modo de disputa fechado são apresentadas uma única vez e em caráter sigiloso. Cada licitante submete sua oferta sem conhecimento das condições propostas pelos concorrentes.



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

1.2.2. **Decisão Unilateral:** Os licitantes **não** têm a oportunidade de ajustar suas propostas com base nas ofertas dos outros participantes como acontece com os pregões eletrônicos. Isso coloca ênfase na estratégia inicial de cada concorrente.

1.2.3. **Funcionamento:** As propostas são analisadas de forma isolada e, posteriormente, são processadas em conjunto por um algoritmo especializado em engenharia clínica, que incorpora as premissas do Custo Total de Propriedade (TCO). Este algoritmo, já treinado para otimizar o procedimento, auxilia na seleção ao aplicar critérios de julgamento multiparamétricos. Estes critérios são previamente estabelecidos neste edital e permitem uma avaliação abrangente das propostas, levando em conta não apenas o preço inicial, mas indicadores como custos de manutenção, durabilidade, e eficiência operacional ao longo do ciclo de vida do produto. Tal abordagem objetiva assegurar que a escolha seja tecnicamente robusta e financeiramente vantajosa a longo prazo, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública.

1.2.4. **Vantagens:** Prevê uma economia de tempo ao impedir lances sucessivos, além de minimizar a chance de conluio ou manipulações entre licitantes, já que as propostas são feitas sem a previsibilidade de valores concorrentes.

1.3. Dotação Orçamentária

1.3.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária de Recurso de Convênio do processo nº 1745/2024 – 117/2024

1.4. Das Dúvidas e Informações Adicionais

1.4.1. Quaisquer dúvidas relacionadas a esta licitação deverão ser direcionadas ao Agente de Contratação, conforme designação em Portaria específica. Estas dúvidas serão técnica e cuidadosamente analisadas e esclarecidas pelo grupo de apoio, especializado em Engenharia Clínica, contratado para esse propósito. As solicitações devem ser enviadas para:

- E-mail: compras@hospitaldasias.com.br
- Agente de Contratação: Jullya Cordeiro (F: (67) 98409-7550)
- Engenheiro parecerista responsável técnico pela devolutiva do grupo de apoio: Eng. Fernando Meira da Rocha, CREA Nacional nº 2204005460 e-mail: fernandomeira@engehosp.net.br

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para o Estabelecimento



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

Assistencial de Saúde, objetivando a aquisição do equipamento médico hospitalar denominado **APARELHO DE RAIO-X FIXO DIGITAL** para uso no HOSPITAL DA SIAS, conforme especificações, quantidade e condições gerais constantes no Anexo I do presente Edital.

- 2.2. Em conformidade com o princípio de obtenção de melhor valor e maximização da competitividade, nenhuma proponente será desclassificada automaticamente na fase de classificação devido a pequenas divergências entre o seu equipamento ofertado e aquele especificado como objeto do Edital. Tais divergências, quando observadas, serão ponderadas e traduzidas em ajustes nas notações específicas atribuídas a cada proposta.
- 2.3. Esses ajustes são integrados a um sistema de pontuação geral que alimenta uma classificação global entre todos os proponentes. A abordagem busca uma avaliação mais justa e inclusiva, onde cada proponente tem a oportunidade de competir de forma equitativa, considerando o conjunto ampliado de características e capacidades de suas ofertas. Esta metodologia devidamente explanada no Anexo II apoia-se em uma análise multiparamétrica, permitindo uma classificação que valoriza as especificidades e os diferenciais apresentados por cada proposta.
- 2.4. Ao promover esta flexibilidade, buscamos não só ampliar a competição e a diversidade de soluções ofertadas, mas também garantir que o processo licitatório premie inovação e adaptação às necessidades operacionais. Assim, reafirmamos o compromisso com uma seleção justa, que não apenas observa o cumprimento estrito das especificidades técnicas, mas também valoriza o potencial agregado das soluções propostas, promovendo um horizonte mais amplo de inovação e funcionalidade.
- 2.5. O valor total de referência para a execução do objeto desta licitação é de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas, cujo objetivo social, expresso no contrato ou estatuto social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.
- 3.2. Não poderão participar desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, empresas licitantes que se enquadrem nas situações a seguir:
- 3.2.1. Empresa licitante, cujo(s) sócio(s), seja(m) funcionários, servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante, ou de responsável pela licitação.



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- 3.2.2. Empresa licitante que, a qualquer tempo, possua restrições quanto à capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- 3.2.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas de participar em licitação e/ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a SIAS.
- 3.2.4. Pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou que se encontre incursa nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/21, impostas por órgão ou entidade da Administração Pública.
- 3.2.5. O autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, quando for o caso.
- 3.2.6. Empresa que tenha em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e isso a partir dos 14 (quatorze) anos;
- 3.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos arquivos eletrônicos ou envelopes de habilitação e propostas após o prazo estabelecido neste Edital. Declarada a abertura da sessão pela Comissão de Contratação, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 3.4. Quanto à participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:
- 3.4.1. Considerando as especificidades e complexidades inerentes ao OBJETO desta licitação, esta concorrência é direcionada a empresas de médio e grande porte, condição esta amparada no artigo 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre as situações em que **não se aplicará o tratamento favorecido** às microempresas e empresas de pequeno porte. Este artigo determina o escopo em que o tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 pode ser limitado ou exceção.
- 3.4.2. Empresas de pequeno porte e microempresas **excepcionalmente** poderão participar apenas se atuarem como subsidiárias oficialmente autorizadas pelos fabricantes, garantindo assim que possuam a capacitação técnica e logística necessária para cumprir devidamente os requisitos contratuais. Essa diretriz visa assegurar que todos os participantes disponham dos recursos técnicos, financeiros e operacionais adequados para a execução eficaz do contrato, promovendo, assim, a qualidade e a confiabilidade no fornecimento dos bens ou serviços contratados. Desta forma, garantimos que os elevados padrões exigidos sejam atendidos, resguardando o cumprimento integral dos objetivos



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

estabelecidos pelo ente contratante.

- 3.4.3. Se porventura a empresa estiver enquadrada na excepcionalidade do item anterior (empresa EPP com autorização formal do fabricante), deverá informar tal condição já na sessão eletrônica de credenciamento, e para tanto, deverá ser apresentada declaração informando que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhuma das situações previstas no artigo 3º, § 4º, incisos I a X, da Lei Complementar nº 123/06, sendo que essa falta de informação não descredenciará a mesma, entretanto implicará no fato de que, a licitante, não fará jus ao tratamento diferenciado previsto na referida Lei.
- 3.4.4. Em se tratando de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP a comprovação desta condição será efetuada mediante a apresentação de CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial, ou DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO validada pela Junta Comercial, emitida nos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “proposta” e “documentação”;
- 3.4.5. Serão consideradas microempresas ou empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, na forma prevista na Lei Complementar nº 123/06;

4. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

- 4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.14 “a”, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular preços e praticar os demais atos e operações na plataforma de concorrência eletrônica citada no preâmbulo.
- 4.2. A participação do licitante na Concorrência eletrônica se dará por meio de participação direta/credenciado, a qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 4.3. O acesso do operador a concorrência, para efeito de encaminhamento de proposta de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

concorrência eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da plataforma de concorrência eletrônica.

- 4.5. Serão de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma de concorrência eletrônica citada no preâmbulo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.
- 4.7. Submissão de Documentos para Credenciamento: os documentos exigidos para credenciamento deverão ser inseridos na seção adequada da plataforma eletrônica separadamente dos demais arquivos de proposta e documentação.
- 4.8. Impacto do Não Credenciamento ou Documentação Incorreta: o não credenciamento ou a documentação incorreta não eliminará automaticamente a licitante. No entanto, isso impedirá a iniciativa de recorrer durante o processo licitatório ou de realizar quaisquer ações específicas que exijam a presença de um representante legal.
- 4.9. Credenciamento de Representantes: será permitido o credenciamento de apenas um representante legal por licitante, e este poderá representar somente uma empresa em todos os atos relacionados à licitação.
- 4.10. Encerramento do Credenciamento: após a finalização do período de credenciamento online, a inclusão de novos proponentes ou representantes não será aceita, exceto para participar como ouvintes no procedimento online.
- 4.11. A título de sugestão, o Edital traz em seus anexos um modelo de credenciamento.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) e subsequente cadastramento para participar da concorrência e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

- 5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida diretamente junto a plataforma de concorrência eletrônica citada no preâmbulo utilizada no presente edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO MÍNIMA

- 6.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação adotará a inversão de fases como regra conforme preconizado em seu **art. 17, inciso II** e **art. 19**. Dessa forma, a fase de apresentação de propostas e o respectivo julgamento técnico classificatório ocorrerão **antes** da habilitação do licitante melhor classificado, garantindo maior eficiência ao procedimento licitatório. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e demais dados técnicos que acharem pertinentes, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública de submissão de propostas.
- 6.2. Após o julgamento das propostas, será convocado para a fase de habilitação complementar apenas o licitante classificado em primeiro lugar, conforme os critérios estabelecidos no edital. Caso esse licitante não atenda às exigências de habilitação, será declarado **inabilitado**, sendo então convocado o segundo colocado para a verificação dos requisitos de habilitação, e assim sucessivamente, até que se obtenha um licitante habilitado, nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
 - 6.2.1. Os licitantes poderão interpor recursos administrativos contra as decisões de julgamento das propostas e de habilitação preliminar, conforme disciplinado no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
 - 6.2.2. O recurso deve ser interposto no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata do ato que se pretende recorrer.
 - 6.2.3. Após a apresentação de recurso de qualquer participante, o grupo de apoio é então intimado pela Comissão de Contratação para apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis, que começam a contar a partir do término



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

do prazo do recorrente.

- 6.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema citado no preâmbulo, concomitantemente com os documentos de habilitação **preliminar** exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.3.1. O envio da proposta e do catálogo (quando solicitado), acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante as sessões públicas da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. A ordem de classificação não será publicada imediatamente após a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação preliminar pelos licitantes. A divulgação ocorrerá somente após a análise do Comitê de Contratação, a remessa dos documentos ao grupo de apoio de engenharia clínica contratado e a lavratura da ata de recebimento do Parecer Técnico de Engenharia, que consolidará o resultado global da fase de julgamento, conforme os critérios estabelecidos no ANEXO II deste edital.
- 6.6. A não inserção de qualquer documento exigido pelo Agente de Contratação nesta fase acarretará a INABILITAÇÃO do licitante.
- 6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Neste caso será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da sessão pública, para envio da documentação em envelope fechado ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio, situados na Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000, em horário de expediente.
- 6.8. No cadastramento da proposta técnica-comercial e da Habilitação Preliminar, o licitante declarará, em campo próprio do sistema ou em arquivo a parte, que:
- 6.8.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 6.8.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 6.8.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 6.8.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.9. A falsidade em declarações de que trata os itens da Habilitação Mínima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.10. As propostas deverão ser apresentadas na plataforma em arquivo timbrado do licitante, editorado por computador, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente assinado por representante legal, devendo suas folhas serem rubricadas e numeradas em ordem crescente.
- 6.10.1. Deverão conter **especificações técnicas detalhadas** do equipamento ofertado (observadas as especificações mínimas constantes do Anexo I deste Edital), inclusive marca, referência e ou modelo, fabricante, bem como as condições de Garantia de Funcionamento e Assistência Técnica, que deverá ser descrita em sua proposta e vir acompanhada das certificações e informações técnicas por equipamento.
 - 6.10.2. Deverão conter no preâmbulo o número do processo administrativo e o número desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, assinatura do representante legal da licitante em todas as vias devidamente identificadas; Descrição do objeto desta licitação, entrega, o valor total da proposta (em algarismo e por extenso), nome, data e assinatura do seu representante legal;
 - 6.10.3. A descrição completa do item cotado, informando claramente ainda, além dos dados constantes no Anexo I deste Edital:
 - País de origem;
 - Fabricante



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- Marca
- Modelo e código de catálogo
- Peso (kg) e cubagem (m3)

6.11. Para pontuação técnica a empresa licitante deverá apresentar de preferência dentro da proposta mesmo, as seguinte declarações relativa ao fornecimento:

6.11.1. Declaração que será realizado treinamento de operação sobre o item ofertado.

6.11.2. Declaração do fabricante ou do distribuidor do equipamento, específica para a presente licitação, responsabilizando-se solidariamente pelo integral atendimento das cláusulas de garantia de funcionamento e assistência técnica pelo prazo constante da Proposta Técnica do Licitante.

6.12. A proposta técnica será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12.1. A proposta de preço deverá ser apresentada em **moeda nacional** ou **estrangeira** quando for o caso (em algarismo e por extenso).

6.12.2. Prazo de validade das propostas, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da mesma. No caso do prazo de validade ser omitido na proposta ou de prazo inferior àquele estabelecido, a Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação considerará que o mesmo será de 60 (sessenta) dias;

6.12.3. Indicação do Banco, da agência e dos respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de Ordem de Compra e posterior pagamento.

6.12.4. Oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.12.5. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital e seus anexos.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO MELHOR CLASSIFICADO

7.1. Após a publicação, pela Comissão de Contratação, da ata contendo a proposta melhor classificada e transcorrido o prazo para impugnações, o licitante vencedor deverá encaminhar ao Agente de Contratação, por e-mail, a documentação relativa à



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica. Todos os documentos deverão estar **dentro do prazo de validade**, organizados em **ordem sequencial** e **numerados cronologicamente**.

- 7.2. Toda a documentação de habilitação exigida para este processo licitatório poderá ser apresentada em original, ou cópia legível devidamente autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia impressa a partir do sítio oficial do órgão emissor, sendo que, somente serão considerados válidos aqueles que estejam em plena validade.
- 7.3. Os documentos emitidos a partir do sítio oficial do órgão emissor e suas cópias reprográficas, dispensam a necessidade de autenticações, e terão sua aceitação, condicionada a verificação de sua autenticidade mediante acesso ao site do Órgão que o expedir.
- 7.4. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente executará o objeto, ou seja, o número de inscrição no CNPJ/MF deverá ser o mesmo em todos os documentos, exceto se, comprovadamente, demonstrar que o recolhimento de contribuições (INSS e FGTS) e/ou balanço é centralizado.
- 7.5. No caso da licitante fazer parte de um grupo com filiais estrangeiras, na qual estas também tenham participação desde o processo de produção até o pagamento, a licitante deverá apresentar documentação que demonstre de forma clara qual o vínculo entre as partes e a função de cada uma para fornecimento do(s) objeto(s) desta licitação.
- 7.6. Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos que, uma vez não mencionado, será considerado como sendo até 60 (sessenta) dias.
- 7.7. A comprovação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:
 - 7.7.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 7.7.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores);
 - 7.7.3. Decreto de autorização devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

7.8. A comprovação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- 7.8.1. Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**) em plena validade;
- 7.8.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Municipal**, se houver, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, e compatível com o objeto licitado;
- 7.8.3. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, se houver, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, e compatível com o objeto licitado;
- 7.8.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;
- 7.8.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei; Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social – CND - INSS**, mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.8.6. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
- 7.8.7. Declaração expressa da licitante, assinada pelo representante legal, de inexistência no quadro de funcionários da empresa, de menores de 18 (dezoito) anos em atividades insalubre, perigosas e desenvolvidas em horário noturno, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com a Lei nº 9.854, de 27/10/99, nos moldes do **ANEXO IV** desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.
- 7.8.8. Declaração da licitante de fatos supervenientes impeditivos da **habilitação**, nos moldes do **ANEXO V** deste EDITAL.
- 7.8.9. Declaração da empresa que nenhum de seus diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública, nos moldes do **ANEXO VI** deste EDITAL



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- 7.8.10. Declaração assinada pelo fornecedor dos equipamentos de que prestará a garantia, contra defeitos de fabricação, instalação e reposição de peças ou serviços especificando, também, o prazo de garantia conforme modelo do **ANEXO VII**.
- 7.8.11. A comprovação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá na comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.
- 7.8.12. Para empresa estrangeira que funcione no País, deve ser observado também a apresentação, tanto quanto possível, de documentos equivalentes, expedidos conforme o caso, por pessoas jurídicas de Direito Público de seu país de origem, autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para Língua Portuguesa, que satisfaça as exigências dos itens anteriores.
- 7.8.13. Os documentos apresentados por proponente brasileira e por proponente estrangeira, se expressos em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, inclusive os catálogos técnicos ilustrativos dos equipamentos ofertados.
- 7.8.14. A Comissão Especial de Contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 7.9. A comprovação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:
- 7.9.1. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa LICITANTE, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n. 6.360/76 e Decreto Federal n. 79.094/77, se pertinente ao equipamento ofertado.
- 7.9.2. Autorização de Funcionamento da empresa LICITANTE expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 Decreto Federal n. 79.094/77 e Lei Federal 9.782/99 quando aplicável.
- 7.9.3. Certificado de Boas Práticas de Fabricação, Normas Técnicas IEC e Certificado de Registro no Ministério da Saúde, de acordo com o Equipamento ofertado.
- 7.9.4. As Normas Técnicas NBR-IEC poderão ser substituídas por IECs equivalentes. Para normas técnicas que não possuam capacidade laboratorial instalada no país, fica desobrigada a apresentação das mesmas.



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

7.9.5. Certificados de Registros emitidos pela Anvisa ou sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) com o registro do modelo do equipamento ofertado, conforme resoluções pertinentes.

7.9.6. Indicação da Equipe Técnica e a qualificação de cada um dos membros, inclusive o Responsável Técnico, que se responsabilizará pelos trabalhos de instalação e montagem dos equipamentos e manutenção dos referidos equipamentos. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação, solicitada ou apresentá-las com vícios.

8. DO JULGAMENTO

- 8.1. O julgamento da licitação será realizado após a **fase de submissão das propostas e antes da Habilitação Complementar**, seguindo o procedimento de **inversão de fases**, conforme determina o **art. 17, inciso II, e art. 19 da Lei nº 14.133/2021**.
- 8.2. O critério de julgamento adotado será o de **Técnica e Preço**, em conformidade com o **art. 33, inciso IV, e art. 36 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa com base na ponderação objetiva entre a **qualidade técnica e a proposta econômica**, conforme os parâmetros estabelecidos no **ANEXO II deste edital**.
- 8.3. O julgamento do processo leva em consideração critérios holísticos com o uso da metodologia de Custo Total de Propriedade (do inglês TCO), ao longo do ciclo de vida do produto ou equipamento. Os fatores que regerão a disputa e respectivos pesos seguem transcritos no ANEXO II deste edital.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 9.1. O presente edital poderá ser impugnado, **sem efeito suspensivo**, nos termos do **artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021**. A impugnação ou solicitação de esclarecimento poderá ser apresentada por qualquer interessado até o **terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame**, devendo ser protocolada **exclusivamente por e-mail**, com comprovação de recebimento.
- 9.2. A impugnação deverá observar os seguintes requisitos:
- 9.3. Ser protocolada **por e-mail**, com comprovação de leitura pelo destinatário.
- 9.4. Ser **digitada ou impressa por meio eletrônico**, contendo fundamentação clara e objetiva.



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- 9.5. Estar **assinada pelo representante legal do impugnante ou por procurador devidamente habilitado**, acompanhada de:
- a) Cópia autenticada do Contrato Social, quando aplicável;
 - b) Instrumento de Procuração autenticado, no caso de representação por procurador.
- 9.6. A apresentação tempestiva de impugnação por parte do licitante não impedirá sua participação na Concorrência Eletrônica, até o trânsito em julgado da decisão pertinente.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. As licitantes poderão interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
 - b) Julgamento das propostas;
 - c) Anulação ou revogação da licitação.
- 10.2. Os recursos previstos nos subitens anteriores terão efeito suspensivo. O Diretor Geral poderá, motivadamente e presente as razões de interesse da instituição, atribuir, aos recursos interpostos nos demais casos, eficácia suspensiva.
- 10.3. O recurso deverá ser protocolado por e-mail para o Agente de Contratação mencionado no preâmbulo deste edital.
- 10.4. Os recursos devem observar os seguintes requisitos:
- 10.4.1. Serem digitados ou impressos por qualquer processo eletrônico e devidamente fundamentados;
 - 10.4.2. Serem assinados por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado, acompanhados de cópia autenticada do Contrato Social, e no caso de procurador, também do Instrumento de Procuração devidamente autenticado.
- 10.5. Interposto recurso o mesmo será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 03 (três) dias úteis. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.
- 10.6. É vedado a qualquer licitante tentar impedir o andamento desta licitação, utilizando-se de recursos meramente protelatórios, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

11. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

11.1. Nos termos dos artigos 71 e 147 da Lei Federal nº 14.133/2021, esta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** poderá ser anulada ou revogada a critério do Diretor-Geral do Hospital da SIAS, observadas as seguintes disposições:

11.1.1. **Anulação:** A licitação será anulada caso seja constatada ilegalidade no procedimento, seja de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer técnico devidamente fundamentado, conforme o artigo 71, caput, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. **Revogação:** A licitação poderá ser revogada por razões de oportunidade e conveniência, quando sobrevier fato superveniente devidamente comprovado, que torne o certame inoportuno ou inconveniente ao interesse da Instituição, nos termos do artigo 71, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.3. **Adiamento da Abertura:** A data de abertura das propostas poderá ser modificada por conveniência da Instituição, desde que devidamente motivada e amplamente divulgada, em conformidade com o artigo 147, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. No procedimento desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, serão ainda observadas as seguintes disposições:

11.2.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, exceto nos casos previstos no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando o contratado demonstrar que executou parte do contrato sem vício e de boa-fé.

11.2.2. A nulidade da licitação resultará na nulidade do contrato dela decorrente, ressalvado o disposto no subitem anterior, conforme previsto no artigo 59, caput, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme determina o artigo 71, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Todas as decisões relativas ao procedimento licitatório serão devidamente comunicadas às licitantes por meio de ofício ou lavradas em ata, especialmente nos seguintes casos:



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- a) Pedidos de esclarecimento;
- b) Habilitação ou inabilitação da licitante;
- c) Julgamento das propostas;
- d) Resultado de recurso eventualmente interposto;
- e) Resultado final do julgamento da CONCORRÊNCIA.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 12.1. Com a entrega do objeto da presente Licitação será feito vistoria e lavrado em até 5 dias úteis o Termo de Recebimento Provisório ou Termo Circunstanciado
- 12.2. Por ocasião da entrega, a Licitante Vencedora deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do funcionário da Instituição responsável pelo recebimento.
- 12.3. Constatadas irregularidades, a Instituição poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 12.4. Na hipótese de substituição, a Licitante Vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Instituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado. Nesse caso a Licitante Vencedora ficará sujeita às regras dos Artigos 402,403,404 e 405 do Código Civil;
- 12.5. Todas as despesas decorrentes da devolução e substituição do equipamento correrão por conta da Licitante Vencedora.
- 12.6. A Licitante Vencedora garante que todos os bens entregues são novos, nunca usados, de modelos efetivamente iguais aos propostos e aceitos no momento da Licitação.
- 12.7. A Licitante Vencedora garante que nenhum dos bens fornecidos apresentará defeito proveniente do projeto ou mão-de-obra ou de qualquer ato de omissão, que possam surgir sob uso normal dos bens fornecidos, nas condições existentes no Brasil.

13. DO CONTRATO

- 13.1. As obrigações decorrentes desta consubstanciar-se-ão em **CONTRATO**, a ser firmado entre a SIAS e a **LICITANTE VENCEDORA**, com base nos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores conforme minuta a ser



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

enviada ao Licitante.

- 13.2. A **LICITANTE VENCEDORA** será convocada a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 5 dias úteis; após esgotados todos os prazos recursais, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 14.133/21 e da aprovação do processo licitatório e consequente liberação do valor licitado pelo CONCEDENTE nos termos da Portaria Interministerial 424/2016.
- 13.3. Se, após cientificada pela **SIAS – HOSPITAL DA SIAS**, a **LICITANTE VENCEDORA** não retirar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, a Instituição convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, inclusive quanto ao preço devidamente atualizado pelo critério previsto no Edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- 13.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem 15.2 ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à SIAS, desde que haja conveniência, proceder à adjudicação às demais proponentes, observada a ordem de classificação das propostas.
- 13.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Serviço de Engenharia Clínica do Hospital da SIAS ou por colaborador nomeado pela Comissão de Contratação, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. 15.6.1 A fiscalização exercerá controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos materiais entregues, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

14. FONTE DE RECURSOS

- 14.1. As despesas para a execução do objeto licitado correrão por conta de recursos provenientes do **Convênio Nº 1745/2024 – 117/2024, Processo NUP n. 27.028.725-2024** firmado com o Governo Estadual.
- 14.2. Detalhes pormenorizados deste convênio poderão ser obtidos junto ao Agente de Contratação.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- 15.1. O pagamento ocorrerá somente após a liberação dos recursos pela Concedente (Governo do Estado) condicionado a aprovação do processo de licitação nos termos da Portaria Interministerial nº 424/2016.
- 15.2. Será realizado após o recebimento e aceite do equipamento por parte da engenharia clínica da instituição, com a respectiva nota fiscal/fatura ou documento legalmente equivalente.
- 15.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando a Instituição de qualquer prejuízo que a proponente vencedora venha a sofrer. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida.
- 15.4. Caso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.
- 15.5. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste CONTRATO, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo protesto de título, sob pena de aplicação de sanções previstas neste CONTRATO e indenização pelos danos decorrentes.
- 15.6. Demais condições constam nas cláusulas específicas da Minuta do Contrato.

16. DA PRORROGAÇÃO

- 16.1. O instrumento contratual poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes, observado o prazo de vigência do Convênio, a legislação pertinente e a necessidade da prorrogação, devidamente justificadas nos termos da legislação em vigor, conforme Lei Federal nº 14.133/21 com as alterações e atualizações da Lei Federal nº 8.883/94.

17. DAS PENALIDADES

- 17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:
 - 17.1.1. **Advertência**, nos termos do art. 156, inciso I, aplicável exclusivamente nos casos



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

de inexecução parcial do contrato que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme o art. 155, inciso I, e art. 156, §2º.

17.1.2. **Multa**, conforme o art. 156, inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, conforme o art. 156, §3º.17.1.1.

17.1.3. **Impedimento de licitar e contratar** com a instituição, conforme o art. 156, inciso III, aplicável pelas infrações previstas nos incisos II a VII do art. 155, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 156, §4º.

17.1.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, conforme o art. 156, inciso IV, aplicável pelas infrações previstas nos incisos VIII a XII do art. 155, bem como pelas infrações dos incisos II a VII do mesmo artigo que justifiquem penalidade mais grave que o impedimento, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, conforme o art. 156, §5º.

17.2. Sem prejuízo das penalidades previstas no subitem anterior, a não observância do prazo de entrega do objeto licitado implicará na aplicação de multa de mora, conforme o art. 162, de até 2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da proposta, até o limite máximo de 15 (quinze) dias.

17.3. A multa referida no item anterior será descontada do pagamento devido pela Instituição, conforme o art. 162, §1º.

17.4. Se o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou por força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas, conforme o art. 162, §2º.

17.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos artigos 155 a 158.

18.DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua extinção pela CONTRATANTE,



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

com as consequências previstas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

- 18.2. Constituem motivos para a extinção contratual as situações previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.3. Nos termos do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, a extinção contratual poderá ocorrer das seguintes formas:
- 18.3.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE, nos casos previstos no artigo 137, incisos I a IX, da Lei nº 14.133/2021;
- 18.3.2. Consensualmente, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, conforme o artigo 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- 18.3.3. Judicialmente ou por arbitragem, nos termos da legislação aplicável, conforme o artigo 138, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
- 18.4. Quando a extinção ocorrer com base nos incisos X a XV do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- 18.4.1. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção;
- 18.4.2. Devolução da garantia prestada;
- 18.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. O Agente de Contratação, dirimirá as dúvidas que suscitem nesta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, desde que arguidas por escrito, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, endereçando a Comissão de Contratação, no endereço do preâmbulo deste **EDITAL**.
- 19.2. Será dado conhecimento aos interessados do teor das respostas às consultas formuladas formalmente, através de expediente circular ou por publicação no site da Instituição.
- 19.3. Será desconsiderada consulta e esclarecimento formulado à Comissão de Contratação, de que trata o subitem anterior, se realizada de maneira verbal, ou através de qualquer outro meio que não seja e-mail ou na plataforma citada na capa deste edital



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

- 19.4. Os casos omissos decorrentes da execução do objeto deste **EDITAL** serão resolvidos, de acordo com a legislação pertinente, por despacho fundamentado da Direção da Instituição.
- 19.5. A aceitação da Proposta Vencedora pela Instituição obriga a sua Proponente à execução integral do objeto desta Licitação, nas condições propostas, não lhe cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, em virtude de seus próprios erros ou omissões.
- 19.6. As Licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação de suas propostas, não cabendo responsabilidade por tais custos a outrem, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos nesta licitação ou os seus resultados.
- 19.7. De qualquer ato praticado pela **Comissão de Contratação**, as interessadas poderão valer-se do disposto no artigo 109 da Lei Federal nº 14.133/21 e na Lei Federal nº 8.883/94. Os itens e subitens das disposições da minuta do **CONTRATO**, poderão ser ordenados de forma diferente, sem que isto importe em alteração das referidas disposições, bem como poderão ser corrigidos eventuais erros materiais, remissivos, desde que isto não implique em qualquer mudança do regime jurídico do **CONTRATO**, tal como estabelecido neste **EDITAL**.
- 19.8. De igual modo poderão ser inclusas cláusulas adicionais no **CONTRATO**, além das previstas na minuta, desde que tais cláusulas não importem em alteração do regime jurídico do **CONTRATO**.
- 19.9. Na contagem dos prazos a que alude este **EDITAL**, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 19.10. A participação nesta licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente este **EDITAL** e aceitou integralmente suas normas, e que obteve da Instituição, através da sua **Comissão de Contratação** ou do Agente de Contratação, as informações que solicitou.
- 19.11. Todas as publicações como alterações ou prorrogações do Edital, serão publicadas na plataforma citada na capa deste edital ou no site da Instituição.

20. DO FORO

- 20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fátima do Sul - MS, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

privilegiado que seja.

21. DOS ANEXOS

21.1. São complementos e fazem parte integrante desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, independentemente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I	DESCRIPTIVO DO EQUIPAMENTO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
ANEXO II	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
ANEXO III	TERMO DE REFERÊNCIA OU ETP-ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO IV	MODELO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO
ANEXO V	DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88;
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI SÓCIOS NO PODER PÚBLICO
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE SERVIÇOS/MATERIAIS
ANEXO IX	PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO X	MINUTA DO CONTRATO

Fátima do Sul, 30 de janeiro de 2025.

ADAIR LUIZ
ANTONIETE:0295
3900187
Assinado de forma digital
por ADAIR LUIZ
ANTONIETE:02953900187
Dados: 2025.02.05 10:13:52
+03'00'



Adair Luiz Antoniete

Presidente



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

	DESCRIPTIVO P/ TERMO DE REFERÊNCIA			DTR-535
	Data Emissão: 30.01.2025	Data da Validade: 30.01.2026	Página: 1 de 2	
ÁREA EMITENTE: SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA REDE				
ASSUNTO: APARELHO DE RAIOS-X FIXO DIGITAL COM DETECTORES SEM FIO				
CLIENTE FINAL: HOSPITAL DA SIAS – FÁTIMA DO SUL - MS				

APARELHO DE RAIOS-X FIXO DIGITAL COM DETECTORES SEM FIO



Para Radiografias de Crânio, Tórax, Coluna, Abdome e Extremidades, com no mínimo as seguintes características técnicas:

Gerador microprocessado de alta frequência, com potência a partir de 55 Kw. Tensão variável que atenda minimamente a faixa de 40 kV a 150 kV ou maior. Corrente variável entre 10 mA a 600 mA ou maior. Tempo de exposição mínimo de 1ms a 4s. Tubo de raios-x, foco fino igual ou menor que 0.6mm e foco grosso igual ou menor que 1,0 mm; Ânodo giratório mínimo 8.000 rpm; Capacidade térmica mínima do ânodo de 200 KHU. Inserção de filtros adicionais de CU ou AL. Estativa porta emissor acoplada solo-mesa é requisito fundamental. Coluna com deslocamento longitudinal a partir de 125 cm; Rotação do tubo ao redor do eixo de +/-90 graus; Colimador com indicação luminosa de campo e apagamento automático; Distância do ponto focal de no mínimo 100 cm. Mesa de exames com tampo flutuante com dimensões mínimas de 200 x 75 cm, Deslocamento longitudinal mínimo de +/- 36 cm e com deslocamento transversal +/-12 cm. Capacidade de carga suportada pela mesa de no mínimo 200 kg puntual e 300 kg distribuída. Bucky mural com deslocamento vertical mínimo de 1.000mm e que seja apto a capturar pacientes em cadeiras de rodas. Detector plano com dimensões aproximadas entre 34 x 42 cm ou maior. Material da janela em fibra de carbono. 02 (dois) Detectores planos sem fio e cintilador de Iodeto de Césio, que possibilitem exames na mesa, no bucky mural ou fora da mesa, maca e cadeira de rodas. Matriz ativa de no mínimo 2448 x 3052 pixels. Profundidade da imagem pós-processada de no mínimo 16 bits (conversão A/D). Tamanho máximo do pixel de 140 micrômetros ou menor. Consumo de energia abaixo de 40W. Transmissão sem fio em conformidade com 802.11 a/b/g/n/ac em



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

	DESCRIPTIVO P/ TERMO DE REFERÊNCIA			DTR-535
	Data Emissão: 30.01.2025	Data da Validade: 30.01.2026	Página: 2 de 2	
ÁREA EMITENTE: SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA REDE				
ASSUNTO: APARELHO DE RAIOS-X FIXO DIGITAL COM DETECTORES SEM FIO				
CLIENTE FINAL: HOSPITAL DA SIAS – FÁTIMA DO SUL - MS				

picos de 867 Mbps ou melhor e frequência de 2,4 GHz/5 GHz com larguras de banda de 20 MHz/40 MHz/80 MHz. O pacote deve incluir o carregador de baterias e uma bateria sobressalente para cada detector. O equipamento deve possibilitar manipulação, impressão e transmissão das imagens digitais para um sistema PACS, através de uma estação de uso. Estação de trabalho de aquisição, revisão e manipulação de imagens digitais compatível com as especificações do raios-X DR, com as seguintes especificações mínimas: CPU de alto desempenho com 01 monitor de alta resolução com no mínimo 19 polegadas; Capacidade de armazenamento de imagens: Memória RAM de pelo menos 4GB; Imagens radiográficas em formato DICOM 3.0 ou melhor; Deve possuir: processamento de imagem, inserção de dados via DICOM Worklist ou via teclado, Print, Storage, placa de rede tipo Ethernet; Software de aquisição e gerenciamento das imagens digitais, Sistema digital de imagem. Possibilidade de harmonização de imagem. **CONDIÇÕES GERAIS:** Certificado de boas práticas de fabricação e/ou armazenamento e distribuição de produtos para a saúde emitido pela Anvisa; certificados de conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica; O equipamento deve vir acompanhado de Manuais de Serviço em mídia eletrônica ou impressa (em qualquer língua) para a Engenharia Clínica acompanhar os serviços e Manuais de Usuário em português, para a área assistencial acompanhar os treinamentos. Certificado de acordo com as normas NBR IEC 60.601-1(segurança elétrica) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Alimentação elétrica: o EAS possui alimentação elétrica em 3x220VCA (60Hz) e o equipamento a ser fornecido deve ser compatibilizado com esta rede; caso seja diferente o fornecimento deve contemplar transformador elevador incluído. Nos dois casos o quadro geral de alimentação elétrica do conjunto de radiologias deve ser fornecido. Prazo de garantia de 12 meses a contar da data de aceite.



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

ANEXO II

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

O julgamento do processo de aquisição leva em consideração critérios holísticos com o uso da metodologia de Custo Total de Propriedade (do inglês TCO) ao longo do ciclo de vida do produto ou equipamento. Os fatores que regerão a disputa e respectivos pesos seguem transcritos abaixo:

1.1 - FATOR Compatibilidade (C) – Este fator apura a Compatibilidade do item ofertado pela licitante **em relação ao descritivo do Edital**, de modo que um proponente pode não ter o produto 100% compatível com o descritivo, mas mesmo assim atender a FINALIDADE exigida pela instituição, em uma proporção menor de compatibilidade:

Relevância	Compatibilidade	Conformidade
5	Totalmente compatível com o item descrito no edital, com compatibilidade acima do lote ora licitado.	Análise documental
4	Totalmente compatível com o item descrito no edital, com compatibilidade igual ao lote ora licitado.	Análise documental
3	Parcialmente compatível com o item descrito no edital, com características acima do lote ora licitado.	Análise documental
2	Parcialmente compatível com o item descrito no edital, com características iguais ao lote ora licitado.	Análise documental
1	Incompatível com o item descrito no edital, com características diferentes do lote ora licitado.	Análise documental

Pontuação Máxima do Fator: 50 pontos Divisão
entre pontuações: 2 pontos

1.2 - FATOR de Propriedade (P) - Este fator apura os Custos Totais de Propriedade (do inglês TCO) ao longo do ciclo de vida do produto ou equipamento. Esta ferramenta leva em conta **atividades transacionais** (relacionadas com a efetivação do pedido e com os custos incorridos com o transporte e recebimento do produto e inclui também o preço da compra (custo direto), impostos de aquisição e desembaraço, transporte do produto), bem como **atividades póstransacionais** (são os custos incorridos em ações realizadas após a entrega do produto ou serviço do fornecedor), tais como os custos de implementação, custos de suporte mensal, consumo de recursos da infraestrutura hospitalar como água, gases e energia elétrica, custo de peças de reposição e custos de manutenção, reparo e operação (MRO). A pontuação é apurada pelo resultado percentual da somatória de valores de consumo no tempo de vida estimado t (10 anos).



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

p.ex.) somados ao custo inicial, dividido pelo valor de aquisição do item lançado no edital. O percentual é classificado numa das 5 faixas abaixo:

Relevância	Custo de Propriedade	Conformidade
5	Abaixo de 1,50 (50%) do custo inicial do item	Diligências + cálculo
4	Entre 1,50 e 2,00 (50% a 100%) do custo inicial do item	Diligências + cálculo
3	Entre 2,00 e 3,00 (100% a 200%) do custo inicial do item	Diligências + cálculo
2	Entre 3,00 e 4,00 (200% a 300%) do custo inicial do item	Diligências + cálculo
1	Acima de 4,00 (300%) do custo inicial do item	Diligências + cálculo

Pontuação Máxima do Fator: 50 pontos Divisão
entre pontuações: 1 pontos

1.3 - FATOR de Qualidade (Q): Este fator apura a maturidade dos processos internos da Licitante na fabricação dos equipamentos, com base na observância de padrões e normas nacionais e internacionais como ISO 9000, nas normas ABNT-IEC-60.601 e suas normas colaterais e acessórias, além de diligências e provas de conceito (PoC) realizadas dentro e fora da instituição, de conformidade com a tabela abaixo:

Relevância	Qualidade Percebida	Conformidade
5	Totalmente compatível com o item descrito no edital, com características acima do lote ora licitado.	Diligência técnica
4	Totalmente compatível com o item descrito no edital, com características iguais ao lote ora licitado.	Diligência técnica
3	Totalmente compatível com o item descrito no edital, com características de magnitude menor que o lote ora licitado.	Diligência técnica
2	Parcialmente compatível com o item descrito no edital, com características de qualidade menores do que o aceitável na instituição.	Diligência técnica
1	Incompatível com o item descrito no edital, com características de qualidade menores do que o aceitável na instituição.	Diligência técnica

Pontuação Máxima do Fator: 50 pontos Divisão
entre pontuações: 2 pontos

1.4 - FATOR Suporte de Serviços (S) - Este fator apura a capacidade de Suporte da Licitante, declarada pelo(s) seu(s) cliente(s) através de diligências realizadas pelo Serviço de Engenharia Clínica do HRO, denotando características da prestação de serviços relacionadas com o Objeto desta Licitação, considerando-se suas parcelas de maior relevância. Engloba a proximidade geográfica com a instituição, pois o EAS considera que isto garante uma pronta resposta e no menor tempo possível, sendo os mais distantes em relação à Chapecó-SC (maior tempo de resposta) os



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

com menor pontuação, e vice-versa:

Relevância	Suporte de Serviços	Conformidade
5	Equipe de suporte de serviços atendida diretamente pela fábrica, com base de serviços localizada num raio de até 300 kms da sede da instituição, com Responsável Técnico registrado no sistema CREA/CONFEA.	Diligência técnica
4	Equipe de suporte de serviços atendida por representante ou preposto, com base de serviços localizada num raio de até 300 kms da sede da instituição, com Responsável Técnico registrado no sistema CREA/CONFEA.	Diligência técnica
3	Equipe de suporte de serviços atendida diretamente pela fábrica, com base de serviços localizada num raio de mais de 300 kms da sede da instituição, com Responsável Técnico registrado no sistema CREA/CONFEA/CFT.	Diligência técnica
2	Equipe de suporte de serviços atendida por representante ou preposto, com base de serviços localizada num raio de mais de 300 kms da sede da instituição, com Responsável Técnico registrado no sistema CREA/CONFEA/CFT.	Diligência técnica
1	Proponente não possui evidências de equipe de suporte de serviços constituída ou nomeada formalmente, que possa suportar o equipamento durante seu ciclo de vida, ou a rede de serviços é débil.	Diligência técnica

O cálculo da pontuação técnica desse Fator deverá observar equidade entre todos os participantes, independentemente de sua condição de pequena, média ou grande empresa.

Pontuação Máxima do Fator: 50 pontos

Divisão entre pontuações: 2 pontos

1.5 - FATOR Padronização do Modelo (M) - Este fator apura o alinhamento do modelo/marca ofertado em relação aos modelos usados na instituição solicitante, pois a preexistência de outros equipamentos da mesma marca na Instituição aumenta a padronização e a facilitação da manutenção e reposição de peças, diminuindo o custo total de propriedade:

Relevância	Padronização de marca e modelo	Conformidade
5	A instituição utiliza unicamente a mesma marca e do lote ora licitado.	Diligência técnica
4	A instituição utiliza equipamentos da mesma marca e modelo do lote ora licitado, além de outros modelos de outros fabricantes	Diligência técnica
3	A instituição utiliza equipamentos de várias marcas e modelos do tipo de equipamento ora licitado.	Diligência técnica



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S.

Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 – Fátima do Sul – CEP 79700-000 – Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

2	A instituição ainda não utiliza equipamentos da mesma marca e modelo do lote ora licitado, mas não se opõe a sua utilização.	Diligência técnica
1	Incompatível com as marcas e modelos utilizadas na instituição, ou com parecer técnico desfavorável por parte do estabelecimento.	Diligência técnica

O cálculo da pontuação técnica desse Fator deverá observar equidade entre todos os participantes, independentemente de sua condição de pequena, média ou grande empresa.

Pontuação Máxima do Fator: 50 pontos Divisão
entre pontuações: 5 pontos

1.6 – APURAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE:

A determinação da Pontuação Técnica (PT) de cada proposta será feita por meio do somatório das multiplicações das notas obtidas pelos respectivos pesos, atribuídos a cada fator de avaliação, conforme fórmula abaixo.

FATORES DE PONTUAÇÃO	PESO
Compatibilidade (C)	3
Propriedade (P)	3
Qualidade (Q)	2
Suporte e Serviços (S)	1
Padronização da Marca (M)	1
TOTAL	10

$$PTL = (3 \times NTC) + (3 \times NTP) + (2 \times NTQ) + (1 \times NTS) + (1 \times NTM)$$

Onde:

NTC = Pontuação apurada para o Fator Compatibilidade

NTP = Pontuação apurada para o Fator Propriedade

NTQ = Pontuação apurada para o Fator Qualidade

NTS = Pontuação apurada para o Fator Suporte a Serviços

NTM = Pontuação apurada para o Fator Padronização do Modelo

Considerando os critérios e valores apresentados para este certame, a Pontuação Técnica Máxima será de 500 pontos.

1.6.1 - CÁLCULO DO ÍNDICE TÉCNICO (IT):

A determinação do índice técnico será feita mediante a divisão da Pontuação Técnica da proposta em maior Pontuação Técnica dentre as propostas em análise, considerando-se 2 (duas) casas decimais e desprezando-se as remanescentes, de conformidade com a fórmula abaixo:

$$IT = (PTL) / (PTLMax)$$

Onde:



HS - HOSPITAL DA S.I.A.S. Sociedade Integrada de Assistência Social

Fundada em 28 de janeiro de 1969 - CGC/MF: 01.951.177/
Rua Padre José Pascoal Bussato, 1170 - Fátima do Sul - CEP 79700-000 - Telefone: (067) 3467-4600 e (067) 3467-1161

IT = Índice Técnico

PTL = Pontuação Técnica de Licitante da Proposta em Exame

PTL Max = Maior Pontuação Técnica de Licitante apurada.

1.6.2 - CÁLCULO DO ÍNDICE PREÇO (IP):

A determinação do índice de preço será feita mediante a divisão do menor preço proposto, dentre as propostas consideradas, pelo preço da proposta em exame, considerando-se 3 (tres) casa decimais e desprezando-se as remanescentes, de conformidade com a fórmula abaixo:

$$IP = (PPL/PPLmin)$$

Onde:

IP = Índice Preço

PPL = Pontuação Preço da Licitante em exame

PPLMin = Menor Pontuação de Preço entre as Licitantes.

1.6.3 - CÁLCULO DO ÍNDICE GERAL (IG):

O Índice Geral será obtido pela seguinte fórmula:

$$IG = (0,70 * IT) + (0,30 * IP)$$

Onde:

IG = Índice Geral;

IT = Índice Técnico;

IP = Índice Ponderado de Preço;

1.7 – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO USO DE PONTUAÇÃO MULTIPARAMÉTRICA:

A pontuação final das ofertas por item, incluindo técnica e preço, será realizada pela maior média ponderada das notas técnicas e notas financeiras, na proporção de 70% para técnica e 30% para preço. Esta base está instituída no diploma legal da nova lei de licitações (Lei nº14.133/2021) abordado nos seguintes dispositivos:

- **Artigo 33, inciso IV:** Este dispositivo enumera os critérios de julgamento das propostas, incluindo o critério de "técnica e preço".
- **Artigo 36:** Este artigo detalha o julgamento por técnica e preço, estabelecendo que a maior pontuação será obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.
- **Artigo 37:** Este artigo dispõe sobre a realização do julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, especificando os procedimentos para verificação da capacitação e da experiência dos licitantes.

Além de já constar no RDC (Regime Diferenciado de Compras Públicas) instituído pela Lei 12.462/2011 que admite ponderação de até 70% do fator mais relevante (art. 20, §2º). Adicionalmente, a instituição poderá, a seu livre critério, pleitear uma eventual redução do valor originalmente ofertado pela proponente **de melhor pontuação** (art. 18 a 24 do Decreto Federal 7.581/2011), visando os princípios de economicidade.

RELATÓRIOS CONTÁBEIS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 6

DECRETO Nº 116/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.976,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
12.002.8.244.21.2074-3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$68.366,28
2.661.0000	(SF) - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	68.366,28

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -		
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R\$68.366,28
2.661.0000	(SF) - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	68.366,28

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 2 / 6

DECRETO Nº 116/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.976,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

12.002.8.122.21.2112-4.4.90.52.00.00.00.00	- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$31.832,00
2.660.7336	Recursos destinados ao enfrentamento do Coronavírus - COVID 19 e para mitigação de	31.832,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$31.832,00	
2.660.0000	(SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	31.832,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 3 / 6

DECRETO Nº 116/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.976,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS	
12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
12.002.8.244.21.2074-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$4.361,80
2.660.0000 (SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	4.361,80

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$4.361,80
2.660.0000 (SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	4.361,80

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 4 / 6

DECRETO Nº 116/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.976,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

12.002.8.122.21.2112-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R\$33.716,00

2.660.0000 (SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 33.716,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R\$33.716,00

2.660.0000 (SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 33.716,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 5 / 6

DECRETO Nº 116/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.976,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

12.002.8.243.24.2077-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

R\$8.020,39

2.661.0000

(SF) - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social

8.020,39

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$8.020,39

2.661.0000

(SF) - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social

8.020,39

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 6 / 6

DECRETO Nº 116/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.976,47, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

12.002.8.122.21.2112-4.4.90.52.00.00.00.00	- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$4.680,00
2.660.0000	(SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	4.680,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$4.680,00	
2.660.0000	(SF) - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	4.680,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

12.002.8.244.25.2079-3.1.90.11.00.00.00.00	- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$36.200,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	36.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$36.200,00	
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	36.200,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 2 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
12.002.8.243.21.2070-3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$34.000,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	34.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R\$34.000,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	34.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 3 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS	
12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS	
12.001.8.122.21.2067-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$16.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	16.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$16.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos	16.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 4 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.001.8.122.21.2067-3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	R\$20.000,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$20.000,00
		20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 5 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.001.8.122.21.2067-3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$2.000,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$2.000,00
		2.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 6 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.001.8.122.21.2067-3.3.90.32.00.00.00.00	- MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	R\$30.000,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$30.000,00	
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 7 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
12.002.8.244.25.2078-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES		
1.660.0000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$148.956,58
		148.956,58

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		
1.660.0000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$148.956,58
		148.956,58

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 8 / 8

DECRETO Nº 117/2024, de 4 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 299.871,58, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

12.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

12.002.8.243.21.2070-3.1.90.11.00.00.00.00	- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$12.715,00
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	12.715,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$12.715,00	
1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	12.715,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 1

DECRETO Nº 0119/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 184.800,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15.000 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001.9.272.35.2098-3.1.90.01.00.00.00.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E		R\$82.600,00
1.800.1111	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	82.600,00
15.000 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001.9.272.35.2098-3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES		R\$94.200,00
1.800.1111	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	94.200,00
15.000 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001.9.272.35.2096-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		R\$8.000,00
1.802.0000	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	8.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

15.000 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001.99.999.9999.9997-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS		R\$82.600,00
1.800.1111	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	82.600,00
15.000 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001.99.999.9999.9997-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS		R\$94.200,00
1.800.1111	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	94.200,00
15.000 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001 - INST. DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. FÁTIMA DO SUL		
15.001.99.999.9999.9997-9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS		R\$8.000,00
1.802.0000	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	8.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024.

ILDA SALGADO MACHADO
..201-**
Prefeita Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUND MUN DIREITOS CRIANCA ADOL FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 1

DECRETO Nº 120/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.430,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS		
12.004 - FUNDO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
12.004.8.243.28.2084-4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$6.430,00
2.899.0000	(SF) - Outros Recursos Vinculados	6.430,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -		
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R\$6.430,00
2.899.0000	(SF) - Outros Recursos Vinculados	6.430,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MAN DESENV EDUC BAS VAL MAG FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 2

DECRETO Nº 121/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 392.216,80, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.002 - FUNDEB

09.002.12.365.12.2033-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R\$264.000,00

1.543.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR 264.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$264.000,00

1.543.0000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR 264.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MAN DESENV EDUC BAS VAL MAG FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 2 / 2

DECRETO Nº 121/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 392.216,80, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO		
09.002 - FUNDEB		
09.002.12.365.12.2032-4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$128.216,80
1.542.0000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	128.216,80

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		
1.542.0000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	R\$128.216,80
		128.216,80

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MAN DESENV EDUC BAS VAL MAG FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 2

DECRETO Nº 122/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 140.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.002 - FUNDEB

09.002.12.365.12.2032-3.1.91.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

R\$110.000,00

1.540.1070

Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

110.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.002 - FUNDEB

09.002.12.361.12.2031-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

R\$110.000,00

1.540.1070

Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

110.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MAN DESENV EDUC BAS VAL MAG FATIMA DO SUL
C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75
Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 2 / 2

DECRETO Nº 122/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 140.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO		
09.002 - FUNDEB		
09.002.12.365.12.2033-3.1.91.13.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R\$30.000,00
1.540.1070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO		
09.002 - FUNDEB		
09.002.12.361.12.2031-3.1.91.13.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R\$30.000,00
1.540.1070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE FATIMA DO SUL

C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75

Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 1 / 2

DECRETO Nº 123/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 22.980,96, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.001 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.001.13.392.10.2027-3.3.90.36.00.00.00.00	- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$7.660,32
2.715.0000	(SF) - Lei Paulo Gustavo - Audio Visual	7.660,32

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R\$7.660,32	
2.715.0000	(SF) - Lei Paulo Gustavo - Audio Visual	7.660,32

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024._____
ILDA SALGADO MACHADO

..201-**

Prefeita Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICÍPIO DE FATIMA DO SUL

C.N.P.J.: 03.155.751/0001-75

Município: FÁTIMA DO SUL

Página : 2 / 2

DECRETO Nº 123/2024, de 26 de Novembro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FÁTIMA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1363/2023, de 13 de Dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 22.980,96, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.001 - SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

09.001.13.392.10.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA R\$15.320,64

2.716.0000 (SF) - Lei Paulo Gustavo - Demais Setores da Cultura 15.320,64

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R\$15.320,64

2.716.0000 (SF) - Lei Paulo Gustavo - Demais Setores da Cultura 15.320,64

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Novembro de 2024._____
ILDA SALGADO MACHADO

..201-**

Prefeita Municipal